

Turismo e património num folheto de 1911

João Manuel Mimoso

Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Lisboa, Portugal, jmimoso@lnec.pt

RESUMO: A comunicação irá analisar alguns pontos do Guia Panorâmico “Portugal” publicado pela Sociedade “Propaganda de Portugal” em 1911, por ocasião do IV Congresso do Turismo, comparando-o com publicações afins anteriores e posteriores. Serão referidos os elementos considerados de interesse turístico antes e pouco após a implantação da República, destacando-se a passagem de um interesse turístico mais ligado à materialidade para um mais humanista e ligado ao pitoresco.

PALAVRAS-CHAVE: Sociedade Propaganda de Portugal; turismo; património

1- A ABRIR

A Sociedade *Propaganda de Portugal* foi uma associação de carácter privado fundada em 1906 para fomentar a divulgação do País, em particular através do turismo. Em 1909 pediu a integração numa organização internacional afim que passou a chamar-se Federação Franco-Hispano-Portuguesa dos Sindicatos de Iniciativa e de Propaganda, ficando combinado que o IV Congresso anual desta federação, a realizar em 1911, decorresse em Lisboa, como veio efectivamente a suceder de 12 a 20 de Maio desse ano.

A importância desta Sociedade não pode ser minimizada no contexto nacional. Na verdade, se era fácil com base em princípios defender a primazia da conservação do património construído enquanto memória, já era muito mais difícil fazê-lo numa base económica. E, como apontava Alexandre Herculano “as paixões são mais enérgicas do que as reminiscências; as aspirações que as saudades” [1]. São as potenciais receitas do turismo que permitem completar a equação económica e defender vantajosamente o interesse da conservação do património em qualquer base.

O “IV Congresso do Turismo” é, algo arbitrariamente, considerado a origem do turismo nacional, que assim comemora o centenário no ano em curso. No entanto foi importante por muitas outras razões, incluindo o facto de ter sido passado como um reconhecimento da jovem República por parceiros europeus antes dos reconhecimentos oficiais que tardaram ainda alguns meses, tendo geralmente aguardado pela aprovação parlamentar da nova Constituição. Também constituiu um areópago cujas recomendações, verbais ou escritas, foram ouvidas e seguidas

A Sociedade *Propaganda de Portugal* preparou para esse congresso um cuidado opúsculo de 95 páginas [2], que constitui um interessante guia reflectindo a óptica de então sobre o que deveria ser visto numa visita turística aos principais destinos no território continental. Iremos referir alguns pontos desse Guia, comparando-o com publicações afins anteriores e posteriores.

2- ANTES DA REPÚBLICA

Apesar de se encontrar fora do Grand Tour não faltavam em finais do século XIX guias turísticos de nível internacional sobre Portugal: o *Murray’s Handbook Portugal, Madeira, Azores and Canaries* (4ª Edição revista, 1887), o *Guide Joanne Espagne et Portugal* publi-

cado pela Hachette (1ª Edição, 1890), o Baedeker *Spanien und Portugal* de 1897, para enumerar apenas os guias mais conhecidos nos três principais idiomas do turismo de então.

Mas este texto é sobre uma publicação nacional e portanto irei recuar a um período anterior e olhar para as entradas sobre Lisboa em três guias redigidos em Portugal, dois dos quais distribuídos ou vendidos pelas transportadoras aos viajantes que entravam no País pelo porto de Lisboa. Estes guias “de usar e deitar fora” são por isso muito raros e constituem uma fonte preciosa sobre a pré-história do Turismo em Portugal.

Começando pelo Guia-Annunciador do Viajante Luso-Brasileiro [3], de 1882, nota-se que enumera as “Curiosidades a Ver em Lisboa e Arrabaldes” sistematizando-as em “Bibliothecas – Galerias de pintura – Museus – Estabelecimentos Científicos” (15 entradas); “Templos – Asylos – Crèches – Hospitais – Cemiterios” (12 entradas); “Palácios reais – Edifícios e estabelecimentos públicos” (13 entradas); “Arsenaes – Armada – Fortes – Cadeias” (7 entradas); Praças – Monumentos – Passeios – Jardins – Mercados” (19 entradas; ... seguindo-se pontos sobre Cintra (a 3 horas de Lisboa) ou Banhos do Mar (sic) na Ericeira (a 6 horas de Lisboa).

Cada entrada é suposta corresponder a um ponto de interesse para os visitantes, uma atracção, uma *coisa-que-vale-a-pena-ver* e nelas encontram-se lado a lado, por exemplo em “Arsenaes-Armada-Fortes-Cadeias” entes tão dispaes como “Torre de Belém – Para entrar é necessário pedir licença ao official commandante” e, logo de seguida, “Mónicas – Casa de correcção para menores – Entrada franca no Domingo do meio-dia às quatro horas”.

Num guia muito mais cuidado e completo publicado 25 anos mais tarde [4] as sugestões turísticas respeitantes a Lisboa estavam organizadas em passeios, como era então comum e ainda hoje por vezes se faz. Mas apesar de muito abrangente e com boa apresentação, não é em essência particularmente diferente do anterior. Lá está a obsessiva listagem de estátuas (15 ao todo, incluindo duas em construção e três em projecto!), e, por exemplo, a cuidadosa recomendação duma visita ao moderno matadouro cujos percursos alternativos merecem mais de meia página.

Uma vez que esse é um dos domínios do trabalho que realizo no LNEC, notei com surpresa a total ausência de menção a azulejos em Lisboa. Os interiores de São Roque merecem uma descrição detalhada mas nem uma referência ao seu antiquíssimo revestimento azulejar, os anexos e claustros de São Vicente idem; à Madre de Deus nem se recomenda sequer uma visita... os azulejos têm que aguardar pela visita ao Palácio Real de Sintra para merecerem algumas menções, em geral acríticas.

Entretanto tinha já sido constituída a Sociedade *Propaganda de Portugal* (1906) que, nas palavras de Manuel Emygdio da Silva foi “a demonstração viva do papel que entre nós representam os carolas. É mais que sabido que sem eles as coisas não vão para a frente, que se lhes deve sempre o tirarem-nos da apatia em que decorre geralmente a vida portuguesa.” [5]. Destinava-se a promover “o progresso moral e material do País, fazendo a propaganda das suas belezas naturais e monumentais” (ibid). Leonildo Mendonça e Costa, o principal ideólogo e promotor da Sociedade, tornou-se também o seu secretário perpétuo.

Foi sob coordenação deste mesmo Mendonça e Costa que se publicou em 1907 a 1ª Edição do “Manual do Viajante em Portugal” de 260 páginas [6], provavelmente o primeiro guia turístico moderno da autoria de portugueses. Para fins comparativos com o contemporâneo Guia da Empresa Nacional de Navegação [4] refira-se que, embora mantendo a visita de Lisboa organizada em passeios, a Madre de Deus merece agora cerca de uma página de texto descritivo: “Dentre as preciosidades de artes que ha na egreja e annexos d’ella,

salientam-se os azulejos que são das mais variadas procedencias e estylos...” (segue-se uma listagem dos painéis que o autor considerou mais relevantes).

3- 1911

No rastro da Revolução do Cinco de Outubro, 1911 chegou em geral confusão, revoltas, greves mas também esperança, tudo entrançado num mesmo ramalhete. Apesar disso a Sociedade de Propaganda de Portugal decidiu manter a organização do Congresso de Turismo a que se comprometera em 1909 e para ele preparou *Portugal - Guide Panoramique* [2] que vamos agora folhear.

Trata-se de um livro de 95 páginas no formato LxH=12x23cm com uma bela capa de inspiração popular assinada por Roque Gameiro (figura 1). O texto é em francês e espanhol, idioma dos congressistas estrangeiros. Segue percursos que os congressistas realizaram no País como parte das actividades turísticas conexas com o congresso e o conteúdo é baseado no Manual do Viajante em Portugal de 1907 mas o texto é necessariamente sumário. Em contrapartida o Guia é profusamente ilustrado com fotografias da época. Lisboa é percorrida nos seus mais meritórios templos religiosos (Sé Patriarcal, Jerónimos, Basílica da Estrela, Madre de Deus - onde no texto se dá nota dos belos azulejos, São Roque e São Vicente), Jardins, alguns edifícios exemplificando a antiguidade da cidade (uma novidade nestes guias – figura 2); estátuas (cinco páginas de estátuas!! – figura 3); jardins (imagens de seis jardins); palácios (três incluindo os edifícios da Câmara Municipal e do Parlamento); e outros monumentos (a torre de Belém, o aqueduto das Águas Livres e o farol do Bugio); e miradouros (uma ideia pouco vista até então e ainda hoje actual - além do Castelo de São Jorge, que apenas é mencionado como miradouro, propõe-se São Pedro de Alcântara, o zimbório da Estrela, a Graça, o Monte da Penha de França, o Elevador de Santa Justa e até o Castelo de Almada para uma vista englobando quase toda a cidade de então). O Guia inclui também uma lista dos museus de Lisboa ilustrando o exterior do das Janelas Verdes e dois coches do museu respectivo. A Lisboa seguem-se menções ao palácio Fronteira em Benfica e ao de Queluz. Seguem-se Sintra, os Estoris (como então se chamava à Linha), Cascais, Palmela, etc. até Viana do Castelo e Vila Real.

No Buçaco uma surpresa que, apesar de fora do assunto principal desta comunicação, vale a pena mencionar: o edifício a que hoje chamamos “Hotel Palace” começou a ser utilizado em 1900 como anexo do Hotel da Matta dirigido pelo suíço Paul Bergamin [8]. Este hotel estava alojado num pequeno chalet mesmo ao lado do enorme edifício em construção. Existem muito poucas imagens fotográficas do Hotel da Matta que aparece sempre nas fotografias do Palace encoberto pela folhagem ou alterado pela coloração à mão. Este chalet acabou por ser demolido alguns anos mais tarde sendo o seu terreno utilizado, então como ainda hoje, como parque de automóveis. Ora neste Guia o Hotel da Matta é visível com alguma nitidez e sem quaisquer retoques (figura 4) constituindo, por isso, um documento fotográfico com um certo interesse iconográfico.

Excepto Lisboa e, em menor medida, o Porto, todas as cidades são tratadas, por assim dizer, *à vol d’oiseau*. Évora merece uma página e meia, sem texto, com uma vista geral da cidade e imagens da Sé (exterior e interior) e do Templo de Diana. Também é de notar que apesar da promessa contida na ilustração da capa, não se faz qualquer referência à tipicidade da

população, à vida popular, ou sequer ao fado que um incaracterístico pescador de barrete vermelho parece cantar enquanto dedilha uma guitarra e olha sonhadamente o Tejo.



Figura 1- Capa por Roque Gameiro

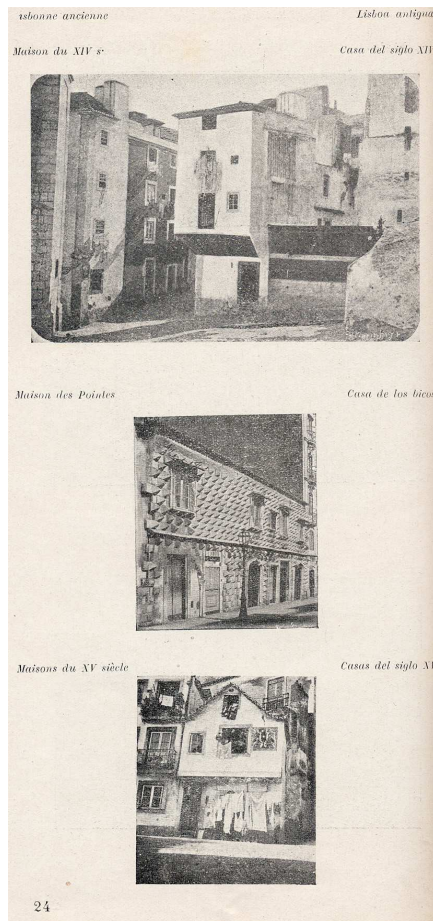


Figura 2- *Lisbonne ancienne*

A 16 de Maio de 1911, enquanto ainda decorria o IV Congresso, o Governo criou a Repartição de Turismo (significativamente integrada no Ministério de Fomento). O Dr. Bernardino Machado, então Ministro dos Estrangeiros, anunciou com regozijo esta iniciativa na sessão de encerramento do Congresso realizada na Sala Portugal da Sociedade de Geografia de Lisboa a 20 de Maio [5]. Para seu director foi escolhido o Dr. José de Ataíde, enquanto que o Dr. Sebastião de Magalhães Lima aceitou presidir ao Conselho de Turismo. Ambos eram membros destacados da Sociedade *Propaganda de Portugal* (Magalhães Lima, republicano de longa data e grão-mestre da Maçonaria era o Presidente da Sociedade). Quando o funcionamento se institucionalizou os “carolas” tornaram-se

responsáveis públicos e as iniciativas mais ambiciosas da Sociedade em prol do turismo em Portugal cederam parcialmente o lugar ao esforço oficial.



Sá da Bandeira



Duque de Saldanha



Duque da Terceira



José Estêvão de Magalhães

Figura 3- *Monuments* (Sá da Bandeira, Duque da Terceira, Duque de Saldanha, José Estêvão)

4- DEPOIS

Em 1913 a Repartição de Turismo editou “Sunny Portugal” de 50 páginas (figura 5), um livro de divulgação turística que poderia ter saído da Sociedade *Propaganda de Portugal* se ainda não existissem órgãos oficiais de promoção do País. Com capa e contracapa de Roque Gameiro, ilustrando o Castelo de Almourol e o Templo de Diana, o interior é agora completamente diferente na concepção e nos temas abordados.



Figura 4- O Hotel da Matta do Bussaco

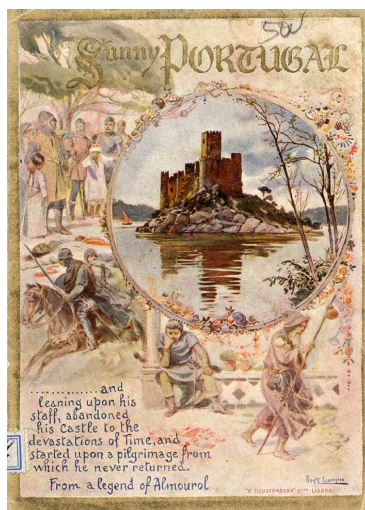


Figura 5- Sunny Portugal

A nota de abertura refere a “inherent hospitality of the people” e que “those who are longing for artistic emotions will find them without limits in its wonderful landscapes, in (...) original examples of Decorative Arts (in its Museums), and even in the characteristic manifestations of the love of its people for the beautiful.” As imagens de monumentos estão agora em franca minoria face às imagens de objectos das artes decorativas (cadeiras de estilo, aparadores, espelhos, salvas de prata...), paisagens (imagens idílicas das regiões costeiras e fluviais, e até das salinas de Aveiro e duma manada de bois no Ribatejo), imagens da vida popular e do folclore (embarcações típicas, mulheres do povo, minhotas em traje de festa e até a ilustração de uma banda de aldeia cujos elementos já não se encontram absolutamente verticais). Doze fotografias de monumentos contra dezasseis de cadeiras, bancos, camas, aparadores e outros móveis, sem contar os espelhos, as faianças, as salvas de prata e afins. Nem uma estátua!!! “In all of the provinces, original manifestations are revealed of that popular Art, swayed by the vivid suggestions of the soil and the climate, and which has not yet been depraved by the influence of Cosmopolitan Art, in the constructions, the furniture, the pottery, the national dress, the laces, the domestic utensils, the tapestry, and even in the delicacy of the manufacture of sweetmeats and preserved foods” [7]

Em 1929, a Sociedade *Propaganda de Portugal*, então denominada mais modernamente “Touring Club de Portugal” reeditou uma versão muito revista do guia de 1911 a propósito da Exposição Ibero-Americana desse ano que se esperava trouxesse a Portugal visitantes que, através do Porto de Lisboa, chegassem à Península com destino a Sevilha. Com o mesmo formato e a mesma capa de Roque Gameiro, e aumentado para 145 páginas, este

novo Guia percorre o País (incluindo a Madeira e os Açores) em pequenos textos (em inglês e francês). As cidades e vilas vão sendo rapidamente percorridas no seu essencial e em excursões sugeridas na região. As estátuas desapareceram quase inteiramente (subsistem a Praça Luís de Camões e a estátua a Eça de Queirós em Lisboa e ainda a estátua ao Infante D. Henrique no Porto), mas ganharam-se imagens de tipos populares (varina, pescadores, tricanas, vendedeiras do Bolhão, trajos madeirenses), habitações e meios de transporte rústicos (incluindo os carros de cesto e as redes da Madeira e até uma carroça puxada por um burro a passar em frente do pórtico dos Jerónimos em que a tipicidade é claramente vendida em vez de escondida). Manuel Emygdio da Silva citando o Pai escrevia [5] – pág. 50 “O pitoresco pode ser uma arma de legítima defesa na arte de ser pobre”.

O livro termina com secções sobre o Clima, a Riqueza Termal, Flores, Frutos, Águas de Mesa, Vinhos, Pastelaria e Confeitaria e, finalmente, Rendas e Bordados.

5- A ENCERRAR

Até à implantação da República os guias turísticos nacionais que consultei transpareciam uma primazia da materialidade e a noção aparentemente generalizada de que toda a construção que não correspondesse a edifícios de habitação era coisa-que-vale-a-pena-ver apenas por ser diferente. Os edifícios correntes e a própria população eram uma espécie de cenário urbano, um pano de fundo contra o qual se destacavam os locais a visitar. O culto da materialidade reconhece-se até na menção dos jardins que, em vez de locais de aprazível passeio e de lazer, eram sobretudo encarados como ricas coleções de espécies vegetais, de caminhos bem traçados, de *locais diferentes das ruas comuns*, que deviam ser visitados como se visita um qualquer museu. As estátuas eram obras de arte disseminadas pela cidade, a ver individualmente como as fontes de Roma embora a sua enumeração fosse completamente acrítica – não interessava o seu eventual valor artístico na opinião dos autores dos textos, a sua integração arquitectónica ou, muitas vezes, sequer o significado histórico, político ou sentimental da pessoa representada – deviam ver-se porque *eram singularidades e estavam lá!* Poucas ou nenhuma referências ao urbanismo, às habitações antigas ou típicas e às artes decorativas. Nenhuma às grandes paisagens naturais, às artes populares e ao património imaterial em geral, aos usos e costumes, ao pitoresco, ...

Após 1911 e, parece-me, rapidamente pelos padrões actuais, todos os aspectos que dantes eram esquecidos como irrelevantes e, quiçá, escondidos como vergonhosos passaram a ser oferecidos como demonstrações de uma cultura própria ou de um pitoresco a experimentar, incluindo a tipicidade das pessoas e os novos e variados sabores. A ideia de património que se tem e vale a pena mostrar aos visitantes foi revista e uma listagem mostraria, logo após 1911, um número de construções mais reduzido mas, em contrapartida, uma grande expansão no âmbito abrangido pelo conceito. É mais interessante experimentar a riqueza da vida de uma cidade, incluindo as carroças puxadas por burros que eram vendas ambulantes de frutas, ou os doces que não se encontra em mais lado nenhum, do que visitar matadouros de gado, mesmo muito modernos e higiénicos, asilos de indigentes ou prisões de menores. Também neste sentido, a marcação de 1911 como o ano zero do Turismo em Portugal parece-me, agora, mais justificada.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS

- 1- HERCULANO, Alexandre - *Opusculos- Tomo II*, Quarta Edição pág. 8, Lisboa, 1907;
- 2- Sociedade Propaganda de Portugal, - *PORTUGAL, Guide Panoramique – offre au IVième Congrès de Tourisme*, Lisboa, Maio 1911;
- 3- (sem autor) - *Guia Anunciador do Viajante Luso.Brasileiro- Publicação oferecida às Companhias Royal Mail Steam Co, Messageries Maritimes, The Pacific Steam Navigation Co*, Nº13, 4º Anno, Lisboa, 1882;
- 4- Empresa Nacional de Navegação - *Guia do Viajante em Portugal e suas Colónias de África*, Lisboa, 1907;
- 5- EMYGDIO DA SILVA, Manuel - *O Turismo em Lisboa*, Separata do 1º Volume da Primeira reunião Olissiponense, CML, Lisboa 1948;
- 6- MENDONÇA E COSTA, L. (coord.) - *Manual do Viajante em Portugal*, Typographia da Gazeta dos Caminhos de Ferro Editora; Lisboa, 1907;
- 7- (sem autor) - *Sunny Portugal*, pag.47, published by the Portuguese Government Tourist Department, Lisboa, 1913;
- 8- MIMOSO, João Manuel - *O Palace Hotel do Buçaco*, in *Evasões* Nº 5, Editora Volta ao Mundo, Lisboa, Setembro 1998 pps 114-124.